

Educação Ambiental

Paulo Souza Neto*

Investir em Educação Ambiental é, com certeza, uma das melhores possibilidades, entre as que devem ser trabalhadas, com vistas à melhoria da qualidade de vida no planeta. Há mais de vinte anos este tema vem ganhando destaque em conferências nacionais e internacionais e quanto mais se agrava a problemática ambiental, mais dificulta a construção de uma solução que valorize a convivência harmônica entre todos os seres da Terra. Ultimamente estamos perplexos com os noticiários: queimadas, enxentes, extermínio de animais, seca, alterações climáticas e mais um bombardeio de desastres ecológicos que acontecem diariamente.

Será que conseguiremos construir uma nova alternativa? O retrato da realidade nos assusta demasiadamente. A vontade primeira é de desanimar e não construir esse caminho, pois ele não será fácil; contudo, a mesma situação que nos espanta deve motivar-nos a cultivar a esperança de uma vida melhor para as atuais e futuras gerações. Penso que este caminho exigirá uma mudança de postura na educação, na relação sociedade civil-sociedade política e uma renovada atuação dos meios de comunicação.

O primeiro desafio a ser vencido na educação formal, pública ou privada - do ensino fundamental à universidade - é a visão fragmentada em disciplinas, predominante em nossas escolas, dificultando a compreensão sistemática exigida pelas ciências ambientais. Um tímido mas bom começo foi a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, referente às qua-

tro primeiras séries da Educação Fundamental do MEC. O meio ambiente foi abordado enquanto um tema transversal que perpassa todas as disciplinas, assim como ética, saúde, orientação sexual e pluralidade cultural.

Esta iniciativa deve ser motivada e acompanhada para que não nos ocupemos apenas de uma visão conceitual da problemática ambiental, mas na formação de cidadãos, na mudança de atitudes e hábitos, na construção de novos valores que resgatam o diálogo entre o homem e a natureza. Para tanto, precisamos melhorar a articulação entre os próprios organismos de governos (Federal, Estadual e Municipal) que têm responsabilidade afins e exigir recursos orçamentários para implementação de pesquisa, capacitação de professores e elaboração de material adequado à área de educação ambiental.

A participação da comunidade dever ser o eixo norteador da relação entre sociedade civil e política. Mais que apenas encontrar culpados pelos danos ambientais, que não são poucos, precisamos encontrar soluções. Existem experiências fantásticas de



norte a sul do país que precisam de registro, apoio e socialização: práticas sustentáveis no tratamento do lixo, recuperação de córregos e rios, tratamento de solo, reflorestamento, controle da qualidade do ar, hortas comunitárias e muitas ações.

Nesse sentido, a constituição de uma rede de informações am-

bientais, alimentada através de conferências, fóruns, encontros regionais e locais, etc, que possibilitem intercâmbio de experiências, será importante para estabelecer o elo entre as instituições e fundamental enquanto exercício de uma nova prática no relacionamento entre perceiros. Com isso, além de estabelecer uma

rede de solidariedade entre os projetos em andamento, suprirá a atual ausência de uma política ambiental articulada no país.

No que se refere aos meios

Não nos ocupemos apenas de uma visão conceitual da problemática ambiental, mas da formação de cidadãos

de comunicação, precisamos potencializar um trabalho que tem melhorado significativamente, mas que ainda precisa de um melhor tratamento. O despreparo dos profissionais da comunicação acaba por comprometer a qualidade da informação. Daí a importância da capacitação a ser fornecida pelos próprios veículos, bem como a formação ainda na universidade. Por isso mesmo o MEC

estará propondo, para o próximo ano letivo, a discussão de alternativas que visam o consenso sobre a melhor maneira de tratar a Educação Ambiental nos currículos do 3º grau, seja através da transversabilidade do tema às disciplinas convencionais ou na implantação de matérias próprias afetas a cada área específica. Assim consultada, a comunidade universitária poderá ela própria respaldar um compromisso que a sociedade como um todo dela espera: preparar adequadamente o cidadão para a nova realidade com a qual nos deparamos, ou seja, a necessidade da construção de uma convivência harmônica e universal.

Portanto, oferecer condições aos que atuam nos veículos de comunicação social é um investimento que retorna à sociedade em forma de massa crítica ambiental. Uma outra possibilidade é aproveitar os inúmeros programas, encartes, vídeos, folhetos, cadernos, que são produzidos atualmente e incentivá-los, intercambiando informações com os centros de pesquisa e com as universidades.

Contudo, o papel da escola, da sociedade e dos meios de comunicação representam apenas fragmentos de uma proposta em construção. Uma direção possível. Um quebra-cabeça do qual ainda não temos todas as peças nas mãos. Mas uma coisa sabemos: o caminho se faz caminhando.

*Secretário do Meio Ambiente de Goiânia